Requerido: Juiz de Direito da Vara de Plantão da Comarca de Epitaciolândia
Requerido: MERCANTIL SÃO SEBASTIÃO LTDA
Advogado: Paulo Henrique Mazzali (OAB: 3895/AC)
Advogado: Giseli Andréia Gomes Lavandez Mazzali (OAB: 4297/AC)
Assunto: Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público

pelo período anotado.
9. Findo o prazo, volvam-se cls.
10. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargadora **Waldirene Cordeiro**
Presidente

ATO ORDINATÓRIO

(Instrução Normativa n.º 01/2011, artigo 2º, XXX)

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora WALDIRENE Oliveira da Cruz Lima CORDEIRO, Presidente, em 30/03/2021, às 22:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Dá a parte Requerido MERCANTIL SÃO SEBASTIÃO LTDA por intimada para, ciência da decisão proferida às páginas 93/96, com a seguinte parte dispositiva: "... Relatei. Decido. Não obstante a matéria seja da competência da Presidência do Tribunal de Justiça, conheço do Pedido de Suspensão de Liminar no âmbito do Plantão Judiciário. Analisando os argumentos contidos na petição inicial, julgo que a Decisão que concedeu a medida liminar no Mandado de Segurança nº 0700124-91.2021.8.01.0004, causa à ordem jurídica e principalmente à saúde pública, diante da grave situação hoje vivenciada, em razão da pandemia Covid-19. Todos as medidas adotadas pelo Poder Público para enfrentar a pandemia, devem ser adotadas por todos. Os esforços devem partir de todos, ainda que com sacrifício. Nesse contexto, em análise sumária considero presentes os requisitos para suspender a Decisão, quais sejam, a fundamentação relevante - argumentação trazida pelo agravante - e a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação -, levando-me a deferir o pedido de suspensão da medida liminar concedida no Mandado de Segurança nº 0700124-91.2021.8.01.0004. Comunique-se com urgência ao Juiz da causa, bem como requisitem-se as informações julgadas necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, encaminhando-se cópia desta Decisão, que substituirá o ofício para cumprimento das providências nela determinadas. Determino a redistribuição destes autos no âmbito da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Publique-se. Intime-se. Rio Branco, 14 de março de 2021. Des. Samoel Evangelista-Relator"

Rio Branco-Acre, 5 de abril de 2021.

José Vicente Almeida de Souza
Analista Judiciário

Processo Administrativo nº:0006426-29.2020.8.01.0000

Local:Rio Branco

Unidade:ASJUR

Relator:

Requerente:Luiz Rodomilson dos Santos

Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Assunto:auxilio alimentação. Retroatividade. pagamento

DECISÃO

1. Trata-se de procedimento administrativo inaugurado com o requerimento do servidor Luiz Rodomilson dos Santos, solicitando a concessão do auxílio alimentação e saúde, retroativo, referente ao período de 02 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2020.
2. A Gerência de Cadastro e Remuneração - PAGAMENTO elaborou os cálculos devidos (Evento SEI n. 0916677). De igual modo, há decisão da Diretoria de Gestão de Pessoas - DIPES, que a teor do art. 13, inciso XIII, alínea "c" da Resolução TPADM n. 180/2013, manifestou-se favorável ao pleito do Requerente (Evento SEI n. 0915722). Por fim, consultada, a Diretoria de Finanças e Informação de Custos - DIFIC certificou a indisponibilidade financeira momentânea para arcar com o pagamento pretendido (Evento SEI n. 0925294).
3. Pois bem.
4. Posta a questão nessas linhas, analiso o constante nos autos para então decidir.
5. O pagamento das verbas pleiteadas pelo Requerente passa, necessariamente, pela existência de disponibilidade financeira e orçamentária nesta Corte de Justiça. Nesse passo, observo já ter a DIFIC se manifestado no feito noticiando a falta momentânea de recursos para arcar com o pagamento pretendido (Evento SEI n. 0925294).
6. Ademais, as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Tribunal de Justiça do Acre (e de igual modo por diversos outros Tribunais de Justiça estaduais), e que foram instaladas em grande parte pela pandemia sanitária decorrente da COVID-19, já inclusive motivaram a necessária edição, pela Presidência, de ato normativo para prorrogar o contingenciamento de despesas - qual seja, Portaria n. 684/2021 - que começou a produzir efeitos em 05 de março de 2021, com duração prevista até 05 de junho de 2021.
7. Razão disso, com base nas informações da Diretoria de Finanças e Informações de Custo - DIFIC e também no normativo em comento, propalo a inexistência momentânea de recursos para arcar com o pagamento solicitado, acaso seja homologada a decisão da DIPES, pelo que para evitar decisões que não possam ser cumpridas, SUSPENDO o feito pelo prazo de 90 (noventa) dias, na perspectiva de alteração do cenário financeiro do TJAC, e com isso ensejar a análise adequada do pleito e, porventura, seu acolhimento e consequente pagamento.
8. À SEAPO para as providências de praxe, sendo que após a notificação/intimação do Requerente, os autos devem permanecer suspensos naquele setor,

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

1. Após a sessão pública relativa ao PE SRP nº 15/2021, de acordo com a Ata de Realização (id 0938299), Resultado por Fornecedor (id 0938301), Termo de Adjucação (id 0938302), a Pregoeira do Tribunal de Justiça do Estado do Acre declarou vencedora do certame licitatório, pelo critério de menor preço por item a empresa AIRES TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.064.175/0001-49, com valor de R\$ 0,00 (zero reais) para RAV (Remuneração do Agente de Viagem), para o item único. O valor total disponível para contratação corresponde a R\$1.116.100,00 (um milhão, cento e dezesseis mil e cem reais), conforme proposta (id 0938290).
 2. Isso posto, considerando o que consta dos autos, acolhe-se o Parecer ASJUR e HOMOLOGA-SE a decisão apresentada.
 3. À Diretoria de Logística para lançamento da homologação no sistema COMPRASNET.
- Publique-se e cumpra-se com as cautelas merecidas.

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora **WALDIRENE Oliveira da Cruz Lima CORDEIRO**, Presidente, em 05/04/2021, às 13:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 014/2021 PROCESSO SEI N.º 0004539-49.2016.8.01.0000

PARTES COOPERANTES: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE - TJAC; e a PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO.

OBJETO: O presente Termo tem como objeto a junção de esforços, por meio da cessão de servidores, recíproca entre as partes, visando à manutenção dos serviços do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUS da Comarca de Jordão-AC, no intuito de viabilizar a realização de sessões de conciliações e de mediação pré-processuais e processuais a cargo de conciliadores e mediadores, bem como o atendimento e orientação ao cidadão, de forma humanizada, assegurando maior rapidez às pendências judiciais, com a promoção de uma cultura de solução consensual e pacífica dos conflitos, contribuindo para uma maior aproximação entre o judiciário e o cidadão. A cessão de servidores de que trata o presente Termo dar-se-á com ou sem ônus para o órgão de origem do servidor cedido, sendo discricionário aos partícipes a pactuação das condições da cessão. No campo cooperativo, será admissível exclusivamente a cessão de servidores efetivos, vedada a cessão de servidores contratados em caráter temporário, de qualquer natureza, e de ocupantes de cargos de provimento em comissão.

DATA DE ASSINATURA: 05/04/2021.

VIGÊNCIA: O presente Termo terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura do presente termo, com supedâneo no artigo 1º do Decreto n.º 10.594/2020, de 29 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério dos partícipes, desde que tal interesse seja manifestado previamente e por escrito, em até 30 (trinta) dias, antes do término de sua vigência conforme nos termos de que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, exceto se houver manifestação contrária.

ASSINAM: A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Desembargadora Waldirene Oliveira da Cruz Lima Cordeiro, e o Prefeito do Município de Jordão, Paulo César Rocha dos Santos.

TERMO DE CONVÊNIO PROCESSO SEI N.º 0004807-64.2020.8.01.0000